

CLIPPING IMPRESSO

18/02/2022



INDICE

1. CORREIO BRAZILIENSE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. CNJ.....	2
2.2. DECISÕES.....	3
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. AÇÕES TJMA.....	4
3.2. INFORMATIVO.....	5
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. PUBLICIDADE LEGAL.....	6

STF avalia reajuste no Judiciário

» FERNANDA STRICKLAND

A Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário (Fenajufe) protocolou na última quarta-feira, no Supremo Tribunal Federal (STF), requerimentos da categoria por reajuste emergencial de 19,99% nos salários. A entidade defende ainda a exigência de nível de escolaridade superior para o ingresso na carreira de técnico judiciário. As propostas foram apresentadas na terça-feira ao presidente do STF, ministro Luiz Fux, que prometeu encaminhar os temas para

debate no plenário com os demais ministros.

Para Fabiano dos Santos, coordenador geral da Fenajufe, a sinalização de Fux, ao dar encaminhamento aos pleitos da categoria foi importante, inclusive a decisão de levar o assunto a uma sessão administrativa do tribunal. “Claro que precisamos construir uma posição favorável junto aos ministros, e ainda não temos um cenário de certezas em relação ao que pode vir”, afirmou. “Mas temos uma avaliação positiva, pois ele (Fux) podia ter colocado alguns obstáculos, remetendo à situação financeira

do país, porém o ministro mostrou boa disposição.”

O protocolo dos requerimentos no Supremo é o desdobramento da reunião ocorrida na terça-feira entre Fux e os coordenadores da Fenajufe Lucena Pacheco Martins, Fabiano dos Santos e Ramiro Moreno López. Segundo a Fenajufe, os requerimentos apresentados ao ministro são bem instruídos. “O que versa sobre a questão dos técnicos traz já o esboço de anteprojeto a ser considerado pela Corte para encaminhamento ao Congresso Nacional”, disse a Federação, em nota. “O outro, sobre a

recomposição salarial emergencial de 19,99%, é subsidiado por estudo que mostra e comprova a legitimidade do pleito.”

A reivindicação salarial dos funcionários do Poder Judiciário da União é a mesma do restante do funcionalismo federal. Fabiano dos Santos lembrou, no entanto, que a disposição ao diálogo manifestada por Fux não tem paralelo no Executivo. Para ele, a mobilização conjunta dos servidores é importante. “A gente acredita que esse processo de mobilização pressiona na verdade os três Poderes”, avaliou.

OAB

Daniel Blume é indicado como Representante Institucional da OAB no CNJ

O advogado maranhense Daniel Blume foi designado pela Diretoria da OAB Nacional, por meio da Resolução n. 06/2022, como Representante Institucional do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil no Conselho Nacional de Justiça.

Daniel Blume é Conselheiro Federal da OAB pela Seccional do Maranhão, que tem como Presidente Kaio Saraiva. O ato de indicação foi assinado pelo novo Presidente da OAB Nacional, o amazonense Beto Simonetti.

Blume terá lugar no CNJ ao lado do Presidente do Supremo Tribunal Federal com direito a voz, em nome da Advocacia Brasileira. Esta é a primeira vez que um maranhense ocupa tal função, o que destaca a OAB/MA no cenário nacional.



Atuação da PGE/MA garante economia de quase 2 milhões aos cofres do Estado

O Governo do Maranhão, por meio da Procuradoria Geral do Estado (PGE/MA), ingressou com pedido na Presidência do Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir a suspensão de decisão proferida pela 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão que determinava o pagamento de aproximadamente R\$ 1,8 milhão à empresa contratada pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária (SEAP) em 24 horas, sob pena de sequestro da soma direta das contas do Tesouro Estadual.

O Estado sustentou que o bloqueio do valor em questão, considerando a ausência de prévia dotação orçamentária, causaria grave lesão à ordem e à economia, obstaculizando a execução de políticas públicas essenciais para a coletividade diante do relevante impacto financeiro, entendimento este já assentado pelo STF.

O procurador-geral ad-

junto para Assuntos Judiciais, Lucas Souza, ressaltou que, ao peticionar junto ao Tribunal Superior, o entendimento da Procuradoria Geral do Estado é de que a decisão violaria a sistemática constitucional de pagamentos de débitos judiciais à Fazenda Pública, a serem realizados por meio de precatórios, e prejudicaria sensivelmente a programação orçamentária e financeira do Maranhão, na medida em que a vultosa quantia seria retirada imediatamente dos cofres públicos.

A decisão do ministro Luiz Fux deferiu o pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0805087-16.2021.8.10.0000 em curso junto ao TJ/MA para preservar a integridade financeira do ente público estadual. A execução deve prosseguir em obediência à ordem cronológica de expedição de precatórios.

TJMA apresenta projeto Município Amigo da Justiça em Imperatriz

A iniciativa visa ampliar o acesso da população à justiça, estimular a política de conciliação e fortalecer a cidadania

Divulgação: Carlos E. Sales

O projeto “Município Amigo da Justiça” foi apresentado nesta quinta-feira (17), às 18h, na comarca de Imperatriz, pelo coordenador do Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (Nupemec/TJMA), juiz Alexandre Abreu.

Participaram do evento - no Fórum Henrique de La Rocque Almeida (Rua Rui Barbosa, s/n, Centro) - magistradas e magistrados de diversas comarcas, além de representantes de prefeituras e de instituições parceiras da Justiça – a exemplo do Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A iniciativa visa ampliar o acesso da população à justiça, estimular a política de conciliação, fortalecer a cidadania, além de reconhecer a cooperação empreendida por municípios que vêm desenvolvendo ações para a redução de ações judiciais ou para a solução adequada de conflitos de interesses. O projeto destina-se, ainda, a promover a integração dos serviços do Poder Judiciário e dos Municípios, com vistas a auxiliar a população na resolução de demandas (processuais e pré-processuais).

O programa é promovido pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Luiz Almeida e coordenado pelo juiz Alexandre Abreu.

O coordenador do Nupe-



TJMA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

NÚCLEO PERMANENTE
DE MÉTODOS CONSENSUAIS
DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS



/tjmaoficial

mec/TJMA, magistrado Alexandre Abreu, enfatiza a importância da ação realizada em parceria com os municípios. “A parceria entre a Justiça maranhense e os municípios dissemina a cultura da conciliação, auxilia no acesso a meios digitais de solução de conflitos e presta reconhecimento aos municípios. Tudo isso de forma permanente, assegurando uma inclusão que a sociedade tanto merece”, pontuou. Alexandre Abreu também enfatizou que a iniciativa está em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

AGENDA 2030

A Agenda 2030 é a agenda de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas

(ONU), que integra 193 países-membros e foi recepcionada pelo Poder Judiciário Brasileiro, por meio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A iniciativa é um compromisso assumido por líderes de 193 países, inclusive o Brasil, e coordenada pelas Nações Unidas, por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas a serem atingidas no período de 2016 a 2030 são relacionados à efetivação dos direitos humanos e promoção do desenvolvimento.

O coordenador do Nupemec/TJMA, juiz Alexandre Abreu, reforça que a iniciati-

va é um apelo global à ação para dar fim à pobreza, proteger o meio ambiente e o clima e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade. “Ciente de que um desafio dessa magnitude só é superado com a união de esforços, o Tribunal de Justiça do Maranhão definiu, no seu Plano Estratégico (2021-2026), como ação para ampliar o acesso da sociedade à justiça, no eixo dos Macrodesafios para a Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos e Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional, o projeto Município Amigo da Justiça”, frisou. (Amanda Campos - Agência TJMA de Notícias)

Bastidores

Coriolano Filho

DRT 1069-MA

editoria@oprogresonet.com

Perguntar não ofende

Por que as decisões judiciais relacionadas a reintegração de posse não estão sendo cumpridas no Maranhão?

	TJMA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	ESTADO DO MARANHÃO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO Pregão Eletrônico SRP nº 15/2022 Processo nº 17817/2021		
Objeto: Registro de preços para aquisição de uniforme operacional e equipamentos táticos; Abertura: 08/03/2022 às 10:00h (horário de Brasília-DF); Local: https://www.gov.br/compras/pt-br/ ; Informações: Coordenadoria de Licitação e Contratos, Rua do Egito, nº 144, Centro, São Luís/MA. CEP: 65.010-190; E-mail: colicitacao@tjma.jus.br . Fone: (98) 3261-6181/6194. São Luís/MA, 16 de Fevereiro de 2022. Kátia Araujo Gonçalves - Pregoeiro TJMA (Uasg 925125).		